

José Maria Rosa Tesheiner
Rennan Faria Krüger Thamay



DO PROCESSO

Em conformidade
com o **Novo CPC**



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem os autores assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito dos autores e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Juliana Costa / Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T32t

Tesheiner, José Maria Rosa, 1934-

Teoria geral do processo : em conformidade com o novo CPC / José Maria Rosa Tesheiner, Rennan Faria Krüger Thamay. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6384-2

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual civil – Brasil. I. Thamay, Rennan Faria Krüger. II. Título.

SUMÁRIO

Capítulo I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1. Relação jurídica processual.....	2
2. Estados jurídicos fundamentais	3
3. Ônus e direito formativo	10
 Capítulo II – PODER JUDICIÁRIO	 21
1. O Poder Judiciário como subsistema de produção de normas jurídicas	21
2. Independência e subordinação à lei	22
3. Função política?.....	23
4. O Poder Judiciário como legislador.....	24
5. A jurisprudência, fonte do direito.....	31
6. Caráter nacional do Poder Judiciário	32
7. Organização hierárquica do Poder Judiciário	33
8. Jurisdição e obediência.....	35
 Capítulo III – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	 37
1. Aspectos gerais	37
2. Órgãos do Poder Judiciário	38
2.1 O Supremo Tribunal Federal	38

2.2	O Conselho Nacional de Justiça	41
2.3	O Superior Tribunal de Justiça	42
2.4	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	43
2.5	Tribunais e Juízes do Trabalho	43
2.6	Tribunais e Juízes Eleitorais	44
2.7	Tribunais e Juízes Militares	44
2.8	Tribunais e juízes dos Estados e do Distrito Federal e territórios.....	45
2.9	Funções essenciais à Justiça: advocacia e Ministério Público.....	45

Capítulo IV – UMA VISÃO CRÍTICA DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS

		47
1.	Aspectos introdutórios: uma visão dos princípios	47
2.	Princípio do acesso à justiça	52
3.	Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário	61
4.	Princípio do juiz natural	65
5.	Princípio da imparcialidade.....	67
6.	Princípio da ação.....	68
7.	Princípio do contraditório	72
8.	Princípio da publicidade	75
9.	Princípio da licitude das provas	76
10.	Princípio da persuasão racional	79
11.	Princípio do devido processo legal	82
12.	Princípio da representação por advogado	86
13.	Princípio do controle hierárquico.....	87
14.	Princípio da universalidade da jurisdição	90
15.	Princípio da participação	91

Capítulo V – JURISDIÇÃO

1.	O conceito de jurisdição.....	95
2.	A jurisdição como atividade de substituição.....	96
3.	A coisa julgada como característica da jurisdição	98

4.	Jurisdição e lide	100
5.	Jurisdição e imparcialidade.....	102
6.	Jurisdição voluntária.....	105
7.	Jurisdição e direito objetivo	113
8.	Novos contornos da jurisdição	123
9.	Conclusão.....	126

Capítulo VI – AS TEORIAS DA AÇÃO..... 129

1.	Teoria civilista.....	129
2.	Teoria do direito abstrato.....	132
3.	Teoria do direito concreto.....	135
4.	A teoria de Botelho de Mesquita.....	141
5.	Teoria de Liebman.....	144
6.	Teoria de Marinoni	146
7.	A relatividade do conceito de ação (ação e ideologia)	147
8.	Resumo e conclusão.....	149

Capítulo VII – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, CONDIÇÕES DA AÇÃO E NULIDADES..... 153

1.	Pressupostos processuais.....	153
2.	Condições da ação	154
3.	Sobre a possibilidade jurídica do pedido.....	157
4.	Interesse de agir.....	159
5.	Legitimação para a causa	162
6.	Conclusão.....	166
7.	Nulidades processuais	166
8.	Vícios preclusivos.....	167
9.	Vícios rescisórios.....	168
10.	Vícios transrescisórios.....	169

Capítulo VIII – SENTENÇA..... 173

1.	Introdução.....	173
2.	Sentença processual e de mérito	173

3.	Sentenças de mérito, definitivas e provisórias.....	174
4.	Conceito de mérito	175
5.	Sentença declaratória.....	177
6.	Sentença constitutiva	177
7.	Sentença condenatória	180
8.	Sentença executiva	182
9.	Sentença mandamental	183
10.	Execução e mandamento conforme Araken de Assis	186

Capítulo IX – PRECLUSÃO E COISA JULGADA 189

1.	Preclusão	189
2.	Coisa julgada.....	192
2.1	Histórico.....	192
2.2	Definição de coisa julgada	199
3.	Limites subjetivos da coisa julgada	207
4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	208
5.	Limites temporais da coisa julgada.....	209
6.	Eficácia preclusiva da coisa julgada material.....	210
7.	Coisa julgada nas relações jurídicas continuativas	212
8.	Execução e preclusão <i>pro judicato</i>	213

Capítulo X – JURISDIÇÃO E TUTELA COLETIVA..... 215

1.	Introdução.....	215
2.	Tutela coletiva	216
3.	Interesses difusos e aplicação do direito objetivo	218
4.	Direitos subjetivos de grupos, categorias ou classes de pessoas.....	220
5.	Ações relativas a direitos individuais homogêneos	222
6.	Ações individuais com eficácia reflexa coletiva	223
7.	Relevância do pedido para a qualificação.....	224
8.	Função pública e apresentação.....	225
9.	Substituição processual	226
10.	Ações transindividuais e teoria geral do processo	228

11. Ação popular.....	230
12. Ação civil pública	234
13. Jurisdição e tutela do meio ambiente	237
14. Jurisdição – A revolução operada pela tutela de interesses difusos.....	240
15. Legitimação para a causa	242
16. Coisa julgada.....	244

Capítulo XI – PROCESSOS OBJETIVOS 247

1. Introdução.....	247
2. Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	252
2.1 Objeto do controle abstrato	253
2.2 Parâmetro de controle	256
2.3 Legitimação ativa	257
2.4 Procedimento	259
2.5 Medida cautelar	261
2.6 Decisão	262
2.7 Efeitos da decisão	263
3. Arguição de descumprimento do preceito fundamental.....	267

Capítulo XII – NOVOS CAMINHOS DO PROCESSO CON-TEMPORÂNEO 269

1. Ativismo judicial	269
2. Judicialização da política.....	275
3. Judiciário e políticas públicas	282
4. O Supremo Tribunal Federal e o ativismo judicial	284

BIBLIOGRAFIA..... 311